

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2021

Dispõe sobre a incorporação tecnológica em saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 198 da Constituição Federal o seguinte § 7º:

“Art. 198.

.....

§ 7º Para fins de cumprimento da diretriz estabelecida pelo inciso II do *caput* deste artigo, serão obedecidas as seguintes determinações:

I – a incorporação de novos medicamentos, produtos e procedimentos ao sistema único de saúde será feita obrigatoriamente mediante análise prévia por órgão de âmbito nacional de avaliação da incorporação de tecnologias em saúde, na forma da lei;

II – a dispensação de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde, bem como a oferta de procedimentos terapêuticos aos usuários do sistema único de saúde estão adstritas às tecnologias constantes das relações oficiais de medicamentos e de ações e serviços de saúde em acordo à incorporação de que trata o inciso I do § 7º deste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O direito à saúde, consagrado nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, consiste na formulação de políticas sociais e econômicas que



SF/21179.36341-61

De fato, sistemas de saúde universais, como o espanhol, o português, o inglês, sempre se fizeram acompanhar de normas organizadoras que impõem limites ao sistema, não ao direito em si, mas ao que o direito compreende, mediante a definição de um rol de serviços de saúde que, antes de sua incorporação, sujeitam-se a análise técnico-científica, de custo-benefício e de efetividade, em relação a outras tecnologias. Só então são incorporados, vinculando seus profissionais de saúde quanto às suas prescrições, sendo raramente judicializadas. A esse respeito, cabe ressaltar que cerca de 75% dos pedidos de incorporação de novas tecnologias em saúde na União Europeia foram considerados como apenas uma nova roupagem para a mesma tecnologia, não havendo, de fato, uma inovação essencial.

Há ainda, contudo, fragilidades nesse processo que precisam ser repensadas, como a ausência de uma disposição constitucional que torne obrigatória a análise formal das incorporações tecnológicas, assim como a vinculação do profissional prescritor, no âmbito do SUS, às listagens oficiais, sem o que a norma não atinge a devida efetividade. Em sistemas universais de saúde, o rol de medicamentos e procedimentos é sempre vinculatório ao profissional de saúde.

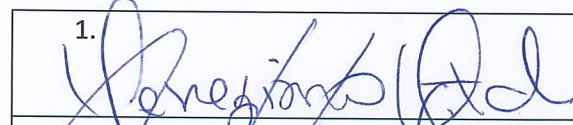
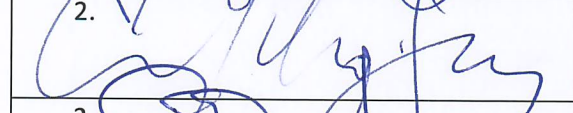
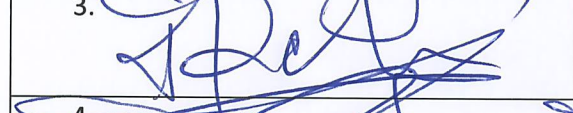

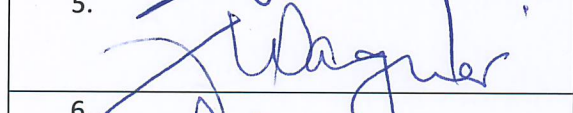
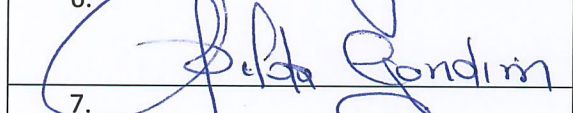
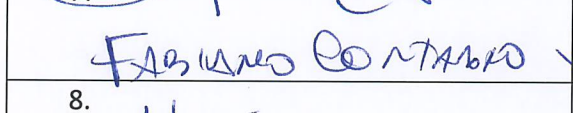


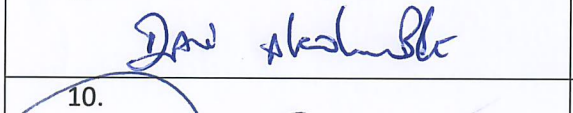
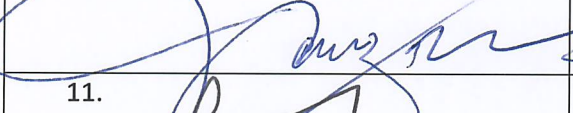
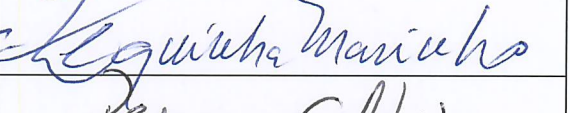
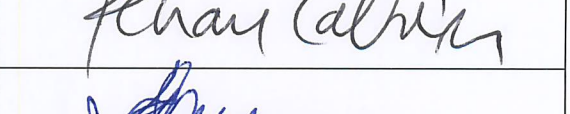
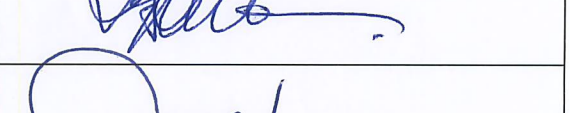
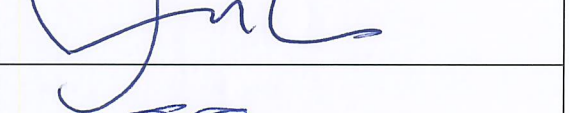
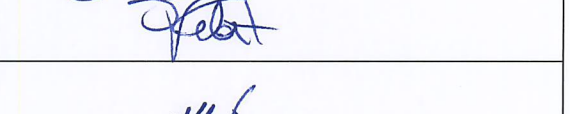
Urge, portanto, notadamente após a Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 ter evidenciado, em seu relatório final, a necessidade de diversas ações, entre elas, o aprimoramento da legislação do SUS, trabalharmos para que isso aconteça de modo urgente. É o que motiva a presente proposta de emenda à Constituição, medida essencial para o aperfeiçoamento normativo do SUS e para desjudicializar a saúde no País e alcançar a justiça social na saúde.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CASTRO

(MDB-PI)



1.		Veneziano
2.		EDUARDO BRAGA
3.		Paulo Rocha
4.		TERUHIRO BEZERRA
5.		JAQUES WAGNER
6.		Felipe Gondim
7.		ERASMO CONTARDO
8.	KOTIS	
9.	Dan Akshubler	
10.		Zequinha Maranhão
11.		Renan Calheiros
12.	Spila Souza	
13.	Alessandro Vieira	
14.	Simone Tebet	
15.	Antônio Amaral	
16.	Rodrigues Cunha	
17.		

REGISTRE

NO

18.	Izaci Watz
19.	Amiflamps
20.	Carlos JANA
21.	Dayden G.
22.	W. Hicks Fred
23.	WELLINGTON FAARDON
24.	WELLINGTON ROCHAS
25.	Olipiane
26.	E. AMIN
27.	mc Blizer
28.	
29.	
30.	



SF21179.36341-61